

FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO DE PROGRAMA (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL)

1 – DADOS GERAIS DA PROPOSTA			
NOME DO PROGRAMA:	Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA - FortIEMA	Versão 1.0	
VIGÊNCIA DO PROGRAMA:	2025-2028		
2 – DEMANDANTE DO PROGRAMA (INSTITUIÇÃO DEMANDANTE)			
INSTITUIÇÃO:	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA-	CNPJ:	19.690.052/0001-65
2.1 – DADOS DO COORDENADOR DO PROGRAMA			
NOME COMPLETO:	Lohaine Jardim Barbosa		
CARGO:	Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos		
CELULAR:	27 999540827	E-MAIL INSTITUCIONAL:	lohaine.jardim@iema.es.gov.br
FORMAÇÃO ACADÊMICA:	<input type="checkbox"/> GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO <input type="checkbox"/> MESTRADO <input checked="" type="checkbox"/> DOUTORADO		
CV LATTES:	Informar o link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0001789710358050		
2.2 – COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA			
<p>O comitê de governança será responsável pela aprovação apenas de projetos/editais que estejam alinhados aos eixos temáticos do programa, e será composto por:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Diretoria Administrativa do IEMA 2) Diretoria Técnica do IEMA 3) Um representante da Secretaria de Estado e Meio Ambiente 4) Dois representantes de Universidades e/ou Institutos de Ensino e/ou Pesquisa) <p>Ao envolver diretamente essas instituições no Comitê de Governança, buscamos não apenas uma análise mais aprofundada dos projetos, mas também fortalecer o vínculo entre a academia e as práticas de gestão ambiental. Essa colaboração pode gerar sinergias importantes, com a aplicação de conhecimento acadêmico à resolução de desafios ambientais, e criar oportunidades para projetos de extensão que envolvam a comunidade no desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis. O engajamento das universidades e institutos de pesquisa contribuirá para o fortalecimento da educação ambiental e para a formação de futuros profissionais e líderes comprometidos com a agenda ambiental do Estado.</p>			
2.3 – ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE GOVERNANÇA			
<p>O Comitê de Governança terá como atribuições principais fornecer orientação estratégica ao programa, acompanhar a execução e o progresso de suas ações, projetos e editais vinculados, e tomar decisões críticas e deliberativas ao longo de sua implementação. Suas responsabilidades incluem, mas não se limitam a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Verificar a aderência técnica, temática e institucional das propostas de projetos aos objetivos e diretrizes do programa; 2) Avaliar se cada proposta de projeto contribui efetivamente para o alcance dos objetivos geral e específicos do programa; 3) Estabelecer critérios de priorização da carteira de projetos, considerando impacto, viabilidade, transversalidade e aderência às políticas públicas ambientais do Estado; 4) Emitir recomendações e pareceres sobre ajustes estratégicos e operacionais nos projetos ou no programa como um todo; 5) Promover a integração interinstitucional e o alinhamento das ações com os princípios da política ambiental estadual; 6) Garantir a transparência, integridade e eficiência na gestão dos recursos técnicos, humanos e financeiros alocados; 7) Propor mecanismos de monitoramento, avaliação e melhoria contínua, com base em indicadores de desempenho e resultados esperados. <p>Ao cumprir essas funções, o Comitê de Governança atuará como instância estratégica de articulação, controle e suporte decisório, assegurando que o programa seja conduzido com foco em efetividade, responsabilidade socioambiental e alinhamento com os compromissos institucionais do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), bem como alinhado com os Objetivos Estratégicos do Governo do Estado do Espírito Santo.</p>			

2 – DETALHAMENTO DO PROGRAMA

NOME DO PROGRAMA:	Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA – FortIEMA
SELECIONAR UM OU MAIS TEMAS EM APENAS UM EIXO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DO ES	
EIXO 1 +QUALIDADE DE VIDA AOS CAPIXABAS	<input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER <input type="checkbox"/> SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA <input type="checkbox"/> PROTEÇÃO SOCIAL, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS
EIXO 2 +DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE <input type="checkbox"/> DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TURISMO <input type="checkbox"/> INFRAESTRUTURA
EIXO 3 +RESULTADOS PARA OS CAPIXABAS	<input type="checkbox"/> GESTÃO PÚBLICA INOVADORA <input type="checkbox"/> REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS <input type="checkbox"/> EMPREGO, TRABALHO E RENDA

2.1 – RESUMO (PUBLICÁVEL)

O Programa de Fortalecimento Institucional do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o FortIEMA, foi concebido com o objetivo de estruturar e qualificar a atuação do órgão ambiental capixaba frente aos desafios contemporâneos da gestão ambiental. Alinhado às diretrizes do desenvolvimento sustentável, da proteção da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas, o Programa está organizado em cinco eixos estratégicos interdependentes:

Pesquisa Aplicada e Educação Ambiental: visa aprofundar o conhecimento científico sobre os ecossistemas protegidos, contribuindo para a gestão efetiva das Unidades de Conservação e o fortalecimento da educação ambiental crítica e territorializada.

Licenciamento Ambiental e Controle: tem como foco o aprimoramento dos processos de licenciamento, fiscalização e controle ambiental, com vistas à maior eficiência, segurança jurídica e capacidade de resposta institucional.

Inovação Tecnológica e Melhoria de Processos Ambientais: propõe a modernização da infraestrutura técnica do IEMA, com investimentos em tecnologias, instrumentos e equipamentos que apoiem a atuação ambiental estratégica, o monitoramento e a fiscalização.

Capacitação e Desenvolvimento Institucional: reconhece a centralidade das pessoas no fortalecimento da política ambiental e busca promover a formação continuada dos servidores e o aprimoramento das práticas organizacionais.

Mudanças Climáticas e Enfrentamento a Eventos Extremos: propõe a incorporação transversal das dimensões climáticas às políticas e instrumentos do IEMA, promovendo a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a adaptação dos territórios vulneráveis.

Com o objetivo de fortalecer a articulação entre ciência, sociedade e meio ambiente, propõe-se o fomento a iniciativas que integrem pesquisa aplicada, extensão socioambiental e inovação tecnológica. Com vistas a promoção e consolidação de Centros de Educação Ambiental como espaços estratégicos para a sensibilização, formação crítica e participação social na agenda ambiental. Além disso, buscase incentivar pesquisas voltadas à conservação e monitoramento da biodiversidade, incluindo a implantação e o aprimoramento de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres, com foco na readaptação e reintrodução segura desses indivíduos à natureza.

A proposta também contempla o desenvolvimento de estudos e tecnologias para o aprimoramento de instrumentos de controle e gestão ambiental, voltados à melhoria dos indicadores de qualidade ambiental — como solo, água e diversidade biológica — e à geração de dados que subsidiem políticas públicas mais efetivas e integradas à realidade local e regional.

O Programa apresenta uma abordagem transversal e integradora, voltada à ampliação da capacidade institucional do IEMA para responder de maneira técnica, eficiente e sensível aos desafios ambientais e sociais do século XXI, atuando como referência estadual e nacional em inovação, sustentabilidade e governança ambiental.

2.2 – JUSTIFICATIVA

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) desempenha papel central na consolidação das políticas públicas ambientais do Espírito Santo, sendo responsável pela regulação, fiscalização, conservação e indução de práticas sustentáveis em nível estadual. Frente aos desafios cada vez mais complexos relacionados à degradação ambiental, às mudanças climáticas e ao uso intensivo dos recursos naturais, torna-se indispensável fortalecer a capacidade institucional do IEMA para que este possa atuar de forma estratégica, eficiente, técnica e integrada ao planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

O enfrentamento das questões ambientais exige não apenas a implementação de políticas públicas, mas também o fortalecimento contínuo das instituições encarregadas de sua formulação, monitoramento e execução. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos

Hídricos (IEMA), como órgão central da política ambiental no Espírito Santo, desempenha papel estratégico na proteção dos ecossistemas, no ordenamento do uso dos recursos naturais e na regulação das atividades produtivas sob a ótica da sustentabilidade.

Diante do contexto atual, caracterizado por ameaças crescentes à biodiversidade, demandas crescentes por licenciamento ágil e seguro, eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, além da necessidade de incorporar ciência e tecnologia à gestão ambiental, torna-se imprescindível o desenvolvimento de um programa estruturante voltado ao fortalecimento institucional. Nesse sentido, o Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA articula-se diretamente aos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico do Estado do Espírito Santo (2023–2026), especialmente no que se refere ao desenvolvimento regional equilibrado, à sustentabilidade dos recursos naturais e à mitigação e adaptação frente aos eventos climáticos extremos.

Ao propor investimentos em pesquisa científica aplicada, infraestrutura técnica, capacitação de pessoal e ações voltadas à inovação e à governança climática, o Programa contribui para o fortalecimento da gestão ambiental estadual, e promove uma gestão ambiental mais proativa, capaz de prevenir desastres naturais e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Os cinco eixos temáticos do Programa FortIEMA estão diretamente alinhados à missão da FAPES de promover ciência, tecnologia, inovação e extensão por meio de parcerias e ações de fomento voltadas ao desenvolvimento sustentável. O Eixo 1, voltado para Pesquisa Aplicada e Educação Ambiental, mobiliza o conhecimento científico como ferramenta de transformação social e proteção ambiental, fortalecendo o diálogo entre saberes técnicos e populares.

O Eixo 2, Licenciamento Ambiental e Controle, estrutura a gestão ambiental com base em evidências técnicas e normativas, promovendo a articulação entre setores produtivos e o interesse público. Já o Eixo 3, Inovação Tecnológica e Melhoria de Processos Ambientais, impulsiona soluções criativas e sustentáveis para os desafios da administração ambiental, potencializando o uso estratégico de dados e tecnologias emergentes.

Complementarmente, o Eixo 4, voltado à Capacitação e Desenvolvimento Institucional, investe no fortalecimento do capital humano e das estruturas organizacionais do IEMA, contribuindo para o aprimoramento da atuação estatal em ciência, tecnologia e inovação.

Por fim, o Eixo 5, que trata das Mudanças Climáticas e do Enfrentamento a Eventos Extremos, consolida o compromisso do FortIEMA com o futuro sustentável do Espírito Santo, ao fomentar ações integradas de adaptação e mitigação baseadas no conhecimento científico.

Assim, o FortIEMA opera como um instrumento estratégico que concretiza a missão da FAPES, ao integrar múltiplos setores da sociedade em torno de práticas sustentáveis, inovadoras e socialmente comprometidas.

Estruturação dos Eixos do Programa:

O eixo de *Pesquisa Aplicada e Educação Ambiental* busca produzir conhecimento técnico-científico e promover ações de extensão que subsidiem decisões estratégicas voltadas ao manejo e à conservação da biodiversidade capixaba. Por meio da geração de dados qualificados sobre os ecossistemas protegidos e seus serviços ecossistêmicos, esse eixo contribui para a sustentabilidade dos Parques Estaduais, o uso racional dos recursos naturais, o aumento da cobertura vegetal nativa e o fortalecimento da economia verde. A atuação também abrange o incentivo à criação e à consolidação de Centros de Educação Ambiental como espaços de formação crítica, diálogo com comunidades e disseminação de práticas sustentáveis. Além disso, contempla o desenvolvimento e a implementação de instrumentos de controle ambiental que permitam melhorar os parâmetros e índices de qualidade do solo, da água, da biodiversidade e de outros componentes ambientais. O eixo ainda apoia pesquisas e iniciativas voltadas à conservação da fauna silvestre, incluindo a estruturação de centros de triagem, reabilitação e readaptação de animais silvestres, com vistas à reintegração segura aos habitats naturais e ao monitoramento de impactos sobre a fauna.

No que se refere ao *Licenciamento Ambiental e Controle*, o Programa prevê a modernização dos processos de licenciamento, a ampliação da fiscalização estratégica e o uso de tecnologias para controle ambiental. Com isso, visa-se não apenas melhorar a qualidade do ar para os padrões internacionais, como também garantir a inclusão de critérios climáticos e sociais nas decisões públicas, assegurando o desenvolvimento regionalmente equilibrado e a valorização da agricultura familiar com base em práticas sustentáveis.

O eixo de *Inovação Tecnológica e Melhoria de Processos Ambientais*, tem como objetivo viabilizar a incorporação de tecnologias inovadoras que qualifiquem os processos institucionais do IEMA, fortalecendo a capacidade técnica e operacional do órgão na execução de suas funções estratégicas. A aquisição de soluções tecnológicas, plataformas digitais, equipamentos avançados de monitoramento e ferramentas para análise de dados, serão orientados por demandas de pesquisa aplicada e pela necessidade de aprimoramento contínuo de procedimentos voltados ao monitoramento da qualidade ambiental, fiscalização, educação ambiental e respostas a eventos extremos. A proposta está alinhada às metas de desenvolvimento científico e tecnológico da FAPES, ao investir em inovação como eixo estruturante para a proteção dos recursos naturais e o fortalecimento das políticas públicas ambientais no Espírito Santo.

Já o eixo de *Capacitação e Desenvolvimento Institucional* visa qualificar os servidores e aprimorar os processos organizacionais internos, o que é condição essencial para a modernização do órgão, a prestação de um serviço público ambiental de excelência e o fortalecimento das ações interinstitucionais nos territórios. Esse eixo também permite maior integração com os municípios, reforçando o pacto federativo na gestão ambiental descentralizada.

Por fim, o eixo de *Mudanças Climáticas e Enfrentamento a Eventos Extremos* consolida a necessidade de transversalizar a temática climática nas políticas ambientais do Estado. Isso inclui desde a estruturação de sistemas de alerta e análise de risco, até a formulação de estratégias de adaptação e mitigação com base em evidências técnicas e cenários de vulnerabilidade, o que responde diretamente à diretriz estadual de prevenir desastres ambientais e fomentar a economia de baixo carbono.

O Programa é, portanto, uma resposta planejada, sistêmica e estratégica aos desafios contemporâneos da gestão ambiental no Espírito Santo. Ele busca não apenas resolver gargalos operacionais, mas criar as bases para uma nova institucionalidade ambiental, mais eficaz, participativa, inovadora e preparada para lidar com os dilemas do presente e do futuro.

Portanto, o Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA (FortIEMA) representa um passo decisivo para consolidar o Espírito Santo como um estado que alia crescimento econômico com proteção ambiental, e que reconhece na qualificação das instituições públicas a base para alcançar metas ousadas, sustentáveis e socialmente justas.

2.3 – OBJETIVO GERAL

Fortalecer institucionalmente o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) por meio da qualificação de seus processos, da ampliação de sua infraestrutura, do aprimoramento técnico de seu corpo funcional e da integração de práticas inovadoras e climáticas à sua política ambiental, garantindo uma atuação mais eficiente, transparente e comprometida com a sustentabilidade e a justiça ambiental no Espírito Santo.

2.4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS PACTUADAS POR CADA OBJETIVO ESPECÍFICO
Fomentar a geração e aplicação de conhecimento científico e ações de extensão que fortaleçam a gestão ambiental, promovam a conservação da biodiversidade e ampliem a participação social na sustentabilidade dos territórios protegidos	Realizar pesquisas e/ou parcerias institucionais voltadas à preservação e recuperação da biodiversidade, manejo e serviços ecossistêmicos em Unidades de Conservação estaduais até 2028.
	Consolidar projetos de Fomento a Centros de Educação Ambiental até 2028
	Constituir o Conselho Científico do IEMA até 2027.
Aprimorar os processos de licenciamento ambiental, controle e fiscalização, com foco na eficiência técnica, na segurança jurídica e na proteção dos recursos naturais.	Promover parcerias com Instituições de Educação e Pesquisa visando apoiar pesquisa e extensão voltada para a proteção da biodiversidade, Educação Ambiental, e metodologias de gestão ambiental
	Reduzir o tempo médio de análise de processos de licenciamento em 15% até o final de 2028.
Viabilizar a incorporação de tecnologias inovadoras que qualifiquem os processos institucionais do IEMA	Implantar um sistema de inteligência geoespacial para apoio à tomada de decisão
	Realização de 05 capacitações da área técnica visando a profissionalização dos processos e procedimentos
	Assegurar a alocação eficiente de recursos materiais para os setores estratégicos, promovendo melhoria na execução das ações institucionais até 2028.
Fortalecer as capacidades técnicas e organizacionais do IEMA por meio da capacitação continuada e da modernização da gestão.	Investir em processos e procedimentos de melhorias da gestão ambiental e dos processos, procedimentos e metodologias de fiscalização.
	Investir em tecnologias e modernização das atividades administrativas e operacionais.
	Realizar ações periódicas de capacitação e formação continuada, contemplando temas estratégicos como gestão ambiental, mudanças climáticas, tecnologias aplicadas e gestão pública
Integrar a agenda climática à atuação institucional do IEMA, promovendo ações de adaptação, mitigação e resposta a eventos extremos, em articulação com políticas públicas de educação ambiental, licenciamento e fortalecimento da gestão territorial.	Incentivar a participação de servidores(as) em ações de formação externa, incluindo pós-graduações, certificações técnicas e eventos especializados, com no mínimo 20 servidores(as) beneficiados por ano até 2027
	Implantar um programa permanente de capacitação institucional, cursos, oficinas e seminários voltados à atualização técnica e à inovação em políticas ambientais, até 2027.
	Capacitar servidores(as) das áreas técnicas e de gestão, em temas relacionados à emergência climática, adaptação baseada em ecossistemas, mitigação de emissões e estratégias de resiliência ambiental, até 2027
	Apoiar a criação e atualização de planos e políticas sobre mudanças climáticas, tanto em nível estadual quanto municipal;
	Facilitar o trabalho conjunto com outras instituições e setores, integrando o IEMA a redes de cooperação regional, nacional e internacional voltadas para o clima.

2.5 – BENEFÍCIOS/RESULTADOS ESPERADOS COM O PROGRAMA

Os benefícios/resultados esperados a serem alcançados com a execução do programa foram estruturados com base em cinco eixos Estruturantes, com o objetivo de consolidar uma atuação ambiental cada vez mais eficaz, integrada e baseada em evidências.

Os Benefícios alinhados aos eixos estruturantes:

1. Pesquisa Aplicada e Educação Ambiental

Este eixo representa o investimento no conhecimento como base para a transformação social e ambiental. Ao estimular a produção de pesquisas aplicadas às necessidades do território e à formação crítica da população, esse eixo responde diretamente à missão da FAPES de integrar ciência e sociedade, além de incorporar o valor da diversidade, ao considerar múltiplos saberes e contextos socioambientais. Ele tem por objetivo fomentar pesquisas científicas aprofundadas e ações de educação ambiental crítica, com foco nas Unidades de Conservação sob gestão estadual. Os projetos vinculados a este eixo têm como finalidade:

- Ampliar o conhecimento técnico e científico sobre a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços ecossistêmicos das Unidades de Conservação do Estado;
- Produzir dados qualificados que subsidiem planos de manejo, ações de conservação e políticas públicas ambientais;
- Estimular práticas de educação ambiental transformadora, com foco em comunidades do entorno, gestores públicos e sociedade civil;
- Fomentar Centros de Educação Ambiental ampliando as ações existentes;
- Apoiar a formação de redes colaborativas de pesquisa com universidades, institutos de ciência e tecnologia e organizações da sociedade civil.

2. Licenciamento Ambiental e Controle

O segundo eixo busca aprimorar os processos de licenciamento ambiental, fiscalização e controle, fortalecendo a atuação técnica, jurídica e institucional do IEMA, através da qualificação técnica dos processos de tomada de decisão sobre o uso dos recursos naturais, promovendo a ética, a competência e a responsabilidade pública na mediação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Ao apoiar ações de controle e monitoramento, esse eixo contribui para a construção de uma sociedade equitativa e democrática, como previsto na visão da FAPES. Seus objetivos centrais são:

- Promover a modernização dos instrumentos de licenciamento, com base em critérios técnicos, celeridade e segurança jurídica;
- Aprimorar os processos de monitoramento e fiscalização ambiental, garantindo a efetividade das condicionantes e o cumprimento da legislação;
- Fortalecer a capacidade de análise técnica e tomada de decisão dos servidores envolvidos nas etapas do licenciamento e controle;
- Integrar as ações de controle com os demais instrumentos de gestão ambiental, promovendo uma atuação mais preventiva e estratégica;
- Pensar metodologias de monitoramento e controle que auxiliem e fortaleçam os processos de licenciamento, e profissionalizem os instrumentos de gestão.

3. Inovação Tecnológica e Melhoria de Processos Ambientais

Este eixo dialoga diretamente com a inovação, na medida em que propõe o uso de tecnologias emergentes para aprimorar os processos internos, ampliar a eficiência da gestão pública e potencializar o uso de dados e sistemas inteligentes na preservação ambiental, e tem como foco o investimento em infraestrutura, tecnologia e equipamentos, visando o fortalecimento da capacidade institucional do IEMA. Entre os objetivos, destacam-se:

- Apoiar a conservação ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais, por meio da qualificação técnico-operacional das atividades desenvolvidas pelo Instituto;
- Ampliar a capacidade de resposta do IEMA às demandas socioambientais e setoriais, com mais agilidade, precisão e qualidade na produção de dados, no atendimento à sociedade e na fiscalização ambiental;
- Estimular a incorporação de inovações tecnológicas e metodológicas, favorecendo a adoção de práticas mais eficientes, seguras e sustentáveis em processos de monitoramento, análise e tomada de decisão;
- Consolidar o papel do IEMA como um órgão ambiental proativo, transparente e tecnicamente qualificado, capaz de integrar ciência, tecnologia e gestão pública em prol da proteção ambiental e do enfrentamento das mudanças climáticas.

4. Capacitação e Desenvolvimento Institucional

Este eixo visa o fortalecimento contínuo das capacidades técnicas, gerenciais e operacionais do corpo funcional do IEMA, reconhecendo que o aprimoramento da gestão ambiental depende, fundamentalmente, do investimento nas pessoas e nos processos institucionais. Ele alinha-se aos valores da colaboração e da competência, ao fortalecer o capital humano e institucional do IEMA, por meio da formação continuada, da valorização dos servidores e da integração com universidades, centros de pesquisa e outros órgãos públicos. Assim, promove uma cultura de excelência, baseada no conhecimento técnico e na cooperação interinstitucional. Seus objetivos principais incluem:

- Promover ações de formação, capacitação e atualização técnica contínua para servidores, colaboradores e parceiros institucionais;
- Estimular a qualificação em temas estratégicos, como geotecnologias, análise de risco, legislação ambiental, licenciamento, gestão de áreas protegidas, educação ambiental e políticas climáticas;
- Desenvolver instrumentos de gestão do conhecimento, que facilitem a troca de experiências, boas práticas e inovação institucional;
- Apoiar o fortalecimento de uma cultura organizacional colaborativa, ética, eficiente e orientada para resultados.

5. Mudanças Climáticas e Enfrentamento a Eventos Extremos

Este eixo reconhece a crescente vulnerabilidade ambiental e social frente às mudanças do clima e se propõe a integrar as dimensões da adaptação, mitigação e resiliência às políticas e ações do IEMA, e responde a uma das urgências mais críticas da atualidade, reforçando o papel da ciência e da gestão pública ambiental na mitigação de impactos e na adaptação aos novos cenários climáticos. Este eixo reafirma

o compromisso do FortIEMA com a sustentabilidade de longo prazo e com o princípio da responsabilidade ética diante das gerações futuras. Os projetos inseridos nesse eixo têm como finalidade:

- Apoiar a criação e atualização de planos e políticas sobre mudanças climáticas, tanto em nível estadual quanto municipal;
- Implantar sistemas de monitoramento climático e ambiental, que ajudem a prever e responder a cheias, secas e outros eventos extremos;
- Utilizar soluções baseadas na natureza (SbN), como recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes, para reduzir os impactos climáticos;
- Facilitar o trabalho conjunto com outras instituições e setores, integrando o IEMA a redes de cooperação regional, nacional e internacional voltadas para o clima.

Desse modo, o FortIEMA traduz, em ações concretas e eixos estruturantes, os princípios e objetivos estratégicos da FAPES, consolidando-se como uma plataforma integrada de fomento ao desenvolvimento sustentável, à inovação e à valorização do conhecimento como pilar de uma sociedade mais justa, resiliente e ambientalmente consciente no Espírito Santo, e com isso, esperamos como resultado:

- 1) Produção e Aplicação de Conhecimento Científico e Tecnológico, com fomento à pesquisa aplicada voltada para a realidade socioambiental do Espírito Santo, integração entre academia, gestão pública e sociedade civil, e geração de dados e evidências para subsidiar políticas públicas ambientais.
- 2) Fortalecimento da Gestão Ambiental Pública, com aperfeiçoamento dos processos de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, melhoria da qualidade técnica e da agilidade nas tomadas de decisão e redução de passivos ambientais por meio de ações mais eficientes e fundamentadas.
- 3) Inovação e Melhoria Contínua de Processos Institucionais, com incorporação de tecnologias emergentes e digitais à rotina institucional do IEMA, otimização de fluxos de trabalho e melhoria da eficiência operacional, e criação de soluções inovadoras para desafios complexos da gestão ambiental.
- 4) Capacitação Técnica e Valorização de Servidores, com formação continuada e qualificação técnica das equipes do IEMA, ampliação da cultura de aprendizagem institucional, e fortalecimento da capacidade de atuação técnica e estratégica do corpo funcional.
- 5) Promoção da Educação Ambiental e da Participação Social, com sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação ambiental, estímulo ao engajamento social e à corresponsabilidade na proteção dos ecossistemas, e fortalecimento de redes e parcerias locais com foco em educação e sustentabilidade.
- 6) Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas, com desenvolvimento de estratégias e ações para mitigação de impactos ambientais, melhoria da capacidade de resposta a eventos extremos e desastres ambientais, e planejamento de longo prazo para um Espírito Santo mais resiliente e sustentável.
- 7) Alinhamento Interinstitucional e Captação de Recursos, com fortalecimento do diálogo entre órgãos públicos, universidades e setores produtivos, ampliação das oportunidades de financiamento e parcerias técnicas, e consolidação do Espírito Santo como referência em governança ambiental inovadora.

2.6 – RISCOS, RESTRIÇÕES E VIABILIDADE TÉCNICA

Limitações e Riscos ao Desenvolvimento do Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA

1. Limitações Internas

a) Estrutura administrativa e organizacional desatualizada

A existência de estruturas organizacionais pouco flexíveis ou com sobreposição de funções pode dificultar a implantação eficiente do programa e gerar conflitos na definição de responsabilidades.

b) Déficit de pessoal técnico e sobrecarga de trabalho

A limitação no número de servidores(as) especializados(as), associada à alta demanda de processos (licenciamento, fiscalização, monitoramento), compromete a dedicação a projetos estratégicos, como os voltados à agenda climática, capacitações e inovação institucional.

c) Insuficiência de recursos tecnológicos e de infraestrutura

A falta de sistemas integrados de informação, bases de dados georreferenciadas e equipamentos adequados para análise e monitoramento ambiental limita a efetividade das entregas propostas.

d) Baixa cultura institucional de planejamento de longo prazo

Há desafios relacionados à consolidação de uma cultura institucional orientada à estratégia, ao monitoramento por indicadores e à avaliação contínua de resultados, o que pode prejudicar a governança do programa.

2. Limitações Externas

a) Instabilidade política e mudanças de prioridades governamentais

Alterações na direção política ou administrativa do Estado podem afetar a continuidade do apoio ao programa e redirecionar recursos e esforços, prejudicando o cronograma de entregas.

b) Burocracia nos processos de contratação e financiamento

Os trâmites legais e administrativos para execução orçamentária e contratação de serviços ou aquisição de materiais podem gerar atrasos significativos na implementação dos projetos vinculados.

c) Baixo engajamento de municípios e parceiros estratégicos

A ausência de articulação eficaz com gestões municipais, conselhos e outros órgãos de governo pode comprometer o alcance territorial das ações previstas, especialmente nas frentes de educação ambiental, mudanças climáticas e gestão compartilhada.

d) Contexto climático e ambiental imprevisível

Eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas ou deslizamentos, podem redirecionar os esforços institucionais para ações emergenciais, impactando a continuidade das ações estruturantes do programa.

Viabilidade Técnica

Capacidade de Integração com Políticas Públicas Vigentes:

O Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA está alinhado ao Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo 2023–2026, integrando diretrizes prioritárias nas áreas de sustentabilidade, combate às mudanças climáticas, promoção da economia verde, educação ambiental e fortalecimento da gestão pública. Esse alinhamento garante respaldo técnico e institucional às ações previstas, aumentando sua viabilidade e impacto territorial.

Modelo de Governança Participativa e Técnica:

A criação de um Comitê de Governança atuante, responsável por orientar estrategicamente o programa, revisar metas e avaliar resultados de forma contínua, assegura um modelo de gestão baseado em evidências. Essa estrutura permite ajustes dinâmicos durante a execução e reforça a legitimidade das decisões técnicas tomadas ao longo do processo.

Metodologia Flexível e Escalonável:

O programa adota uma metodologia que permite a execução de projetos em módulos e fases, o que facilita sua adaptação a diferentes contextos orçamentários, institucionais e territoriais. Essa flexibilidade favorece a implementação gradual e o redirecionamento estratégico frente a desafios imprevistos, como alterações no cenário climático, econômico ou administrativo.

Estímulo à Inovação e à Cooperação Técnica:

A inclusão de eixos voltados à capacitação técnica, à pesquisa aplicada, à aquisição de equipamentos e à atualização tecnológica fortalece o corpo técnico do Instituto e amplia sua capacidade de resposta. O programa também estimula parcerias com universidades, centros de pesquisa, órgãos ambientais municipais e empresas, criando uma rede de cooperação técnica e científica que potencializa a execução das ações.

Ênfase em Soluções Baseadas na Natureza e na Educação Ambiental:

A valorização de práticas sustentáveis, tecnologias limpas, estratégias de adaptação climática e ações educativas voltadas à conscientização ambiental aumenta a eficácia do programa em longo prazo, com impactos positivos tanto na conservação dos recursos naturais quanto no engajamento da sociedade capixaba.

Foco Territorializado e Gestão Descentralizada:

O programa prevê ações que consideram as especificidades regionais do Espírito Santo, respeitando as vocações e desafios de cada território. Ao articular ações com os municípios e apoiar a gestão ambiental local, amplia-se o alcance técnico e institucional do programa, fortalecendo uma governança descentralizada e mais próxima das realidades locais.

Riscos Potenciais

Risco de descontinuidade política e institucional: Mudanças na gestão ou nas diretrizes do governo podem interromper o apoio institucional ao programa, dificultando sua consolidação a médio e longo prazo.

Risco de esgotamento das equipes: A sobrecarga de trabalho, somada à falta de reconhecimento e de incentivos à formação contínua, pode gerar desmotivação, evasão de talentos e queda de produtividade técnica.

Risco de subexecução financeira: A morosidade nos processos de empenho, pagamento e prestação de contas pode levar à não execução das metas físicas e financeiras planejadas, com impactos diretos na credibilidade e continuidade do programa.

Risco de resistência cultural à inovação e à mudança: A implantação de novos protocolos (como o de integração da variável climática nos EIAs) pode encontrar resistência técnica ou cultural entre equipes que já operam há anos com rotinas consolidadas.

Risco de judicialização ambiental: A ausência de critérios técnicos atualizados e de capacidade de resposta célere pode aumentar a exposição do órgão a contestações jurídicas, especialmente em temas sensíveis como licenciamento de empreendimentos de grande impacto.

Matriz de Riscos – Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA

Risco	Categoria	Prob.	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Mitigação
Descontinuidade institucional por mudança de governo ou diretrizes políticas	Política/Institucional	Alta	Alta	Crítico	Formalizar o programa em normativos internos; garantir apoio transversal entre setores; alinhar com o Planejamento Estratégico do Estado.
Sobrecarga das equipes e esgotamento dos servidores	Operacional/Recursos Humanos	Alta	Alta	Crítico	Mapear lacunas de pessoal, redistribuir tarefas, ampliar processos de capacitação e reconhecimento profissional.
Morosidade nos processos administrativos de compras e contratação	Financeira/Administrativa	Alta	Média	Alto	Criar cronogramas realistas; envolver setor jurídico e administrativo desde o início; utilizar atas de registro de preço quando possível.
Resistência interna à mudança e à incorporação de novas agendas (como mudanças climáticas nos EIAs)	Institucional/Cultural	Média	Média	Moderado	Promover oficinas internas, campanhas de sensibilização e capacitação técnica sobre a importância da agenda climática.
Subexecução do orçamento disponível	Financeira	Média	Alta	Alto	Acompanhar execuções com relatórios periódicos; priorizar entregas de curto prazo e monitoramento financeiro contínuo.
Baixa adesão dos municípios e parceiros externos	Institucional/Territorial	Média	Média	Moderado	Fortalecer o diálogo com municípios; desenvolver materiais e protocolos simplificados; oferecer apoio técnico descentralizado.
Eventos climáticos extremos redirecionando esforços emergenciais	Ambiental/Contextual	Alta	Média	Alto	Criar uma reserva estratégica de pessoal e orçamento; planejar ações com flexibilidade operacional.
Falta de equipamentos e infraestrutura para execução técnica	Logística/Infraestrutura	Média	Alta	Alto	Incluir aquisição de bens como meta prioritária; buscar parcerias com instituições federais e outros órgão do Estado.

2.7 – ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS AO PROGRAMA

O enquadramento será a etapa inicial e fundamental para garantir que os projetos propostos estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA, bem como com os eixos temáticos definidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo no Planejamento Estratégico 2023–2026.

Nesse momento, os projetos poderão ser sugeridos tanto por gerências ou coordenações do próprio IEMA, sendo, em seguida, submetidos a uma análise preliminar da Coordenação do Programa. Essa análise verificará a aderência das propostas aos eixos estratégicos, objetivos específicos e critérios técnicos do programa.

Para assegurar transparência e isonomia nesse processo, a Coordenação do Programa, com o apoio de sua equipe técnica, aplicará critérios objetivos previamente estabelecidos em ato normativo, os quais serão atualizados periodicamente de acordo com a evolução das diretrizes e prioridades do programa.

A avaliação prévia e a priorização dos projetos caberá ao Comitê Gestor do Programa, que terá a responsabilidade de selecionar, entre as propostas enquadradas, aquelas que serão oficialmente submetidas à análise final da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), parceira estratégica na operacionalização dos editais e no financiamento das ações.

Esse modelo de avaliação em múltiplas etapas reforça a governança, garante a aderência às políticas públicas estaduais e assegura que os recursos sejam aplicados de forma eficaz, transparente e com alto potencial de retorno institucional, ambiental e social.

2.8 – FORMAS DE REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

Os recursos financeiros do Programa de Fortalecimento Institucional do IEMA - FortIEMA, serão repassados à FAPES, instituição responsável pela execução financeira do programa e pelo pagamento das iniciativas aprovadas. O repasse será realizado por meio de

descentralização de crédito, de forma individualizada para cada projeto, após a aprovação e formalização da proposta pelo Comitê de Governança.

Nesse modelo, o IEMA efetuará a descentralização dos recursos diretamente para a FAPES/FUNCITEC, que ficará encarregada da gestão e execução financeira dos projetos, considerando as especificidades e necessidades de cada iniciativa. Essa sistemática promove maior eficiência no controle orçamentário, assegurando que os recursos sejam aplicados de maneira direta e alinhada aos objetivos planejados para cada projeto.

Além disso, a descentralização de crédito proporciona maior transparência e agilidade na utilização dos recursos, possibilitando um monitoramento rigoroso da execução financeira e dos resultados gerados por cada iniciativa, aproveitando a expertise técnica da FAPES na gestão desses processos.

2.9 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

1. Objetivo do Monitoramento e Avaliação

O objetivo do Monitoramento e Avaliação (M&A) do Programa FortIEMA é assegurar a execução eficaz das ações propostas, promover o uso racional dos recursos financeiros e humanos, e subsidiar processos decisórios estratégicos. O M&A permitirá identificar avanços, desafios e oportunidades, garantindo a transparência, a prestação de contas e o alinhamento com o planejamento estratégico institucional do IEMA.

2. Metodologia de Monitoramento e Avaliação

A metodologia adotada será participativa, contínua e adaptativa, compatível com a estrutura reduzida de execução do Programa. O M&A será conduzido por duas frentes principais:

Coordenação Geral – responsável pela análise técnica das ações, elaboração de relatórios analíticos, acompanhamento de indicadores e articulação com os planos setoriais;

Coordenação Administrativa – encarregada do controle documental, consolidação de informações financeiras, apoio logístico e atualização dos instrumentos de acompanhamento.

O monitoramento será feito por meio de:

- 1) Planilhas de controle e dashboards simplificados (alimentados mensalmente);
- 2) Reuniões estratégicas semanais (online) e mensais e semestrais (presenciais);
- 3) Indicadores qualitativos e quantitativos, previamente definidos com base nos objetivos específicos de cada eixo do FortIEMA;
- 4) Relatórios analíticos e sintéticos, semestrais e anuais.

Será utilizada uma matriz de acompanhamento com os seguintes elementos: ação prevista, responsável, prazo, status (executado, em andamento, não iniciado), indicadores associados, observações.

3. Critérios de Avaliação

Os principais critérios de avaliação serão:

Eficácia – grau de alcance dos objetivos propostos;

Eficiência – relação entre recursos utilizados e resultados alcançados;

Relevância – alinhamento das ações com as diretrizes estratégicas do IEMA;

Sustentabilidade – capacidade de manutenção das melhorias institucionais após a finalização do programa;

Transparência – clareza e acessibilidade das informações e dos processos.

4. Período de Avaliação

A avaliação será organizada conforme os seguintes marcos temporais:

Avaliações Semestrais – com foco no progresso das ações e eventuais replanejamentos;

Avaliações Anuais – com análise mais abrangente dos resultados parciais e redefinição de prioridades;

Relatório Final de Avaliação – sistematização dos resultados globais do Programa, com ênfase nas lições aprendidas e recomendações para continuidade ou replicação das iniciativas.

5. Acompanhamento da Utilização dos Recursos Financeiros

O uso dos recursos financeiros será acompanhado pela Coordenação Administrativa, com apoio da equipe de gestão financeira do IEMA. Os registros serão atualizados mensalmente em planilha específica e integrados aos relatórios técnicos. Haverá controle de despesas por ação/eixo, com indicação de fonte de recurso, valor autorizado, executado e saldo.

Serão produzidos relatórios financeiros semestrais e um consolidado final, permitindo a análise cruzada entre recursos utilizados e metas atingidas.

5.1 - Modelo de Planilha de Acompanhamento (exemplo)

Nº	Ação / Atividade	Eixo do Programa	Responsável	Início Previsto	Término Previsto	Status	Indicador	% de Execução	Recursos Previstos (R\$)	Recursos Executados (R\$)	Observações
1	Oficina de Capacitação sobre Licenciamento Ambiental	Capacitação e Desenvolvimento Institucional	Coord. Geral	01/03/2025	30/03/2025	Em andamento	Nº de participantes capacitados	60%	15.000	9.000	Avaliar feedbacks dos participantes
2	Aquisição de Equipamentos de TI	Inovação Tecnológica e Melhoria de Processos Ambientais	Coord. Adm.	15/02/2025	15/04/2025	Não iniciada	Nº de equipamentos entregues	0%	80.000	0	Processo licitatório em elaboração
3	Implementação do Sistema de Indicadores	Capacitação e Desenvolvimento Institucional	Coord. Geral	10/04/2025	30/05/2025	Planejada	Sistema operacionalizado	0%	20.000	0	Aguardando contratação de consultoria

Legenda para o campo "Status":

Planejada: ação ainda não iniciada, mas com planejamento definido.

Em andamento: execução iniciada, dentro do prazo.

Concluída: atividade finalizada.

Atrasada: fora do prazo ou com execução comprometida.

Suspensa/Cancelada: ação interrompida por motivo justificado.

6. Publicação de Resultados

Os resultados do M&A serão publicados anualmente em painéis visuais e relatórios executivos, disponibilizados no site institucional do IEMA. Também serão apresentados em reuniões internas, eventos técnicos e encaminhados aos órgãos de controle e parceiros estratégicos. E os resultados dos projetos individuais podem ser apresentados em reuniões estratégicas e também serem transformados em artigos a serem divulgados no meio comunitário e acadêmico.

Essa transparência fortalece o controle social e amplia a visibilidade das ações do Instituto.

7. Reuniões de Análise Estratégica

Serão realizadas reuniões semanais (operacionais), e reuniões estratégicas semestrais, com participação da coordenação do Programa, representantes das diretorias e convidados de áreas estratégicas. Nessas ocasiões, serão analisados os dados consolidados do período, revisadas prioridades e definidos ajustes operacionais.

As atas dessas reuniões serão arquivadas como parte do sistema de M&A e utilizadas como subsídio para as avaliações anuais e o relatório final.

8. Integração com o Planejamento Estratégico e Planos Setoriais

O M&A do FortIEMA estará diretamente vinculado ao Planejamento Estratégico do Governo do Estado, e suas metas institucionais, bem como, com o Planejamento Institucional do IEMA e seus planos setoriais. As ações do Programa devem ser coerentes com os objetivos



estratégicos da instituição, favorecendo a articulação entre diferentes setores e garantindo que o fortalecimento institucional contribua para a missão institucional do IEMA.

A integração será promovida por meio de alinhamento entre indicadores, metas e cronogramas, além da participação das áreas finalísticas nas reuniões estratégicas e na construção dos relatórios analíticos.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LOHAINE JARDIM BARBOSA

REQUISITADO

DT - IEMA - GOVES

assinado em 15/10/2025 07:39:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2025 07:39:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por LOHAINE JARDIM BARBOSA (REQUISITADO - DT - IEMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-T3PDBZ>